



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

ATA N.º 6

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Arraiolos, pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na sala de reuniões do edifício Arraiolos - Multiusos.

Estiveram presentes:

- Jerónimo José Correia dos Loios - Presidente
- Isaura da Conceição Serra Barreiros – 1ª. Secretária
- José Augusto Silva Rosalino – 2º. Secretário

E os membros:

Mário Pedro Godinho Barreiros; Maria Manuel Pimpão Gabriel; Isalina de Jesus Pereira; Manuel Dinis Passinhas Cabeça; Catarina Cartaxo Correia dos Loios; José Manuel Nunes Pinto; Francisco Marcos Toquito Coelho Barbeiro; Joana Rosa Martins Carreiras; Pedro Manuel Martins Silveira; Tomás Inácio de Paiva Calhau; Carlos Octávio Varelas; Nuno Manuel Valadas Rebocho; Daniel Fernando Canôa Coelho; Francisco Miguel Correia Fortio; e José Joaquim Branco Lopes.

Faltou justificadamente: Paula Alexandra Bexiga Pastaneira, a qual nos termos do artºs. 78º e 79º da Lei 169/99 de 18 de setembro, com alterações introduzidas pela Lei nº. 5-A/2002, foi substituída por Maria Manuela C. Vinagre Leitão.

Relativamente à substituição foi comunicado que foram contactados os dois cidadãos que antecederiam o membro indicado da lista do Partido Socialista, que manifestaram indisponibilidade de participarem.

Do órgão executivo estavam presentes, a srª. Presidente e os vereadores Jorge Macau, Delfina Lima e António Tragedo.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Tomada de Posse

O sr. Presidente da Mesa convidou a srª. Maria José Imaginário a proceder à assinatura da ata de instalação como membro deste órgão, face à renúncia apresentada pela srª. Maria Gabriela, na passada reunião realizada a 16 de dezembro.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

A sr^a. Maria José após ter prestado juramento procedeu à assinatura da ata, ficando, assim, empossado neste órgão.

Discussão e votação da ata:

Presidente da Assembleia: Colocou à discussão o projeto da ata nºs. 5 da reunião ordinária de do corrente ano, as quais haviam sido remetidas, antecipadamente, a todos os membros.

Pelo sr. Manuel Cabeça que colocou à consideração que fosse corrigida 7^a. Linha, da página 4, onde refere *“dar a oportunidade às duas forças políticas”* fosse retirada a palavra *“duas”*, por uma questão de correção visto que no Município são três, ao que o sr. Presidente da Mesa concordou.

Não havendo intervenções, procedeu-se à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.

Não participou na apreciação e votação da ata o Sr. Daniel Coelho, uma vez que não esteve presente na referida reunião.

Correspondência:

Foi distribuída, para conhecimento, uma relação da correspondência recebida, entre os finais de abril e a presente data.

Conforme ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes membros:

- Sr^a. Maria Manuel questionou se já foi feito um balanço à iniciativa *“O Tapete Está na Rua”* dado as alterações de fundo ocorridas, nomeadamente, a ausência do mercado medieval, a alteração dos artesãos para a zona do jardim e a integração de pista de carros de choque no parque de estacionamento da Avenida 1^o. de Maio, considerando que a zona mais central do Centro Histórico acabou por perder alguma movimentação. Referiu ainda ter notado que a iniciativa foi mais fraca comparando com anos anteriores.
- Sr. Nuno Rebocho voltou a colocar questões já colocadas em anterior reunião, nomeadamente, para quando a conclusão das obras na rotunda à entrada da Igreja, o corte das copas das árvores e o arranjo do asfalto do piso da EM 527-1 (Igreja – Évora). Questionou se já existe algum projeto ou destino para o terreno situado em Igreja, propriedade do Município, cuja finalidade prevista seria a construção de pequenas oficinas/armazéns. Por fim, questionou quando se prevê a disponibilização às Juntas de Freguesia das máquinas de limpeza urbana.
- Sr. Manuel Cabeça focou entrevista dada pela Sr^a. Presidente à Rádio Campanário que perante a proposta de transferência do Castelo de Arraiolos para a posse do Município terá recusado,



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

considerando ser aceitável que a Câmara Municipal imponha regras e condições para a sua transferência e reconheça que não têm recursos humanos com capacidade de intervir no monumento, no entanto, seria interessante que aquele que é a imagem de marca da vila fosse posse e uso fruto dos seus munícipes. Referiu que devia seguir o exemplo do Presidente da C. M. de Montemor-o-Novo que demonstrou, de forma aberta, estar disponível para a negociação e depois para aceitação da transferência. Por fim, questionou a sr^a. Presidente se a Câmara Municipal está disponível para negociar a transferência do Castelo.

Pelo sr. Presidente da Mesa foi feita a leitura das seguintes propostas:

- Saudação a ser enviada ao 2^o. Congresso do Alentejo:

“Reúne nos próximos dias 30 de junho e 1 de julho, em Castelo de Vide o 2^o. Congresso de Amalentejo/Semeando Novos Rumos, Agir no Presente/Planeando o Futuro.

Em análise vão estar temas como “Alentejo - Poder Local e Descentralização”; “Desenvolvimento económico, social e cultural do Alentejo – PT 2020 e PT 2030”, sendo convidados, em painel próprio todos os partidos políticos com representação parlamentar.

A Assembleia Municipal de Arraiolos na sua sessão de 28 de junho de 2018 saúda todos os participantes no Congresso, acompanhando a oportunidade e importância da sua realização para o desenvolvimento do Alentejo, das suas terras e das suas gentes”.

- Posição sobre os investimentos públicos:

“Há poucos dias, o sr. Ministro do Planeamento e das infraestruturas veio anunciar os investimentos públicos, nomeadamente, acessibilidades rodoviárias e ferroviárias, no âmbito do próximo quadro comunitário de apoio - PT 2030.

Este anúncio vem, certamente, na sequência da Declaração Conjunta sobre a posição de Portugal sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE, assinada entre o Governo e o PSD.

Segundo a comunicação social, para o Alentejo (também para o Douro) não foi anunciado qualquer investimento naquelas áreas, apesar das conhecidas necessidades da Região – um terço do território nacional.

A confirmar-se esta intenção do Governo suscita a maior preocupação, pelo que a Assembleia Municipal de Arraiolos, reunião a 28 de junho de 2018, delibera solicitar ao sr. Ministro do Planeamento e das Infraestruturas esclarecimentos sobre os investimentos públicos previstos para o Alentejo, no âmbito do PT 2030.”



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

- Tomada de Posição sobre o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

“O PNPOT que o Governo submeteu a discussão pública está longe de responder às questões com que o Alentejo se confronta, nomeadamente, da debilidade demográfica, ausência de investimentos públicos e falta de apoios e incentivos ao investimento privado;

Significativa é a deliberada omissão da regionalização, importante fator a um processo democrático e participativo de desenvolvimento regional.

A Assembleia Municipal de Arraiolos na sua sessão de 28 de Junho de 2018, entende que o texto final do PNPOT deve assegurar níveis de investimento público que respondam às necessidades do desenvolvimento sócioeconómico do País e do Alentejo, deve valorizar o Poder Local e concretizar a regionalização; deve combater os desequilíbrios do território por via da atividade económica e do emprego; deve potenciar e localização dos investimento público e privado e o bom uso dos fundos comunitários; deve promover as acessibilidades e a mobilidade tendo em conta a importância da ferrovia, a resposta da rede de transportes públicos, assim como das estruturas aeroportuárias.

A Assembleia Municipal de Arraiolos entende que, decorrente do PNPOT, e assegurados que estejam, entre outros, os pressupostos enunciados, se deve, igualmente, proceder à revisão do PROTA – Plano Regional de Ordenamento do Território, adaptando-o às realidades regionais e municipais, devendo constituir uma verdadeira alavanca do desenvolvimento local e regional.”

Dada a ausência de inscrições, o sr. Presidente da Mesa deu a palavra à sr^a. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas, seguindo-se um segundo período para colocação de questões que entendessem.

A sr^a. Presidente da Câmara informou que ainda não têm conhecimento do balanço da iniciativa “O Tapete está na Rua” uma vez que foi entregue a todos os intervenientes um inquérito de satisfação, que ainda não foi devolvido, de qualquer forma, segundo as informações que lhe chegaram foi uma iniciativa positiva com muitos visitantes. Esclareceu que este ano optou-se por destacar a técnica do Tapete, passando os ateliers das várias temáticas para a zona central, mas admite que há sempre pontos a melhorar. Relativamente à rotunda referiu que a mesma não oferece qualquer perigo para os condutores, de qualquer forma a empresa garantiu que a todo o momento que finalizem os trabalhos em Évora, terminariam a obra. Quanto ao arranjo da Estrada aguardam-se orçamentos e soluções. Sobre a situação do terreno informou que está em estudo uma solução para o mesmo, referindo que a C. M. está aberta à discussão de proposta que a Junta de Freguesia queira apresentar. No tocante, às máquinas de limpeza deverá contactar o Vereador do Pelouro para o respetivo agendamento. Sobre o Castelo confirmou a entrevista, desconhecendo como está a passar, de



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

qualquer forma, salientou ter referido que o Município não está disponível para assumir aquele Monumento Nacional sem que seja acompanhado de meios financeiros e técnicos, logo não estava a rejeitar. Lamentou a forma como o assunto está ser tratado, visto que o Município recebeu um ofício do Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais cuja redação é inaceitável revelando alguma “má fé”, visto que questionam a C.M. sobre a disponibilidade de assumira a gestão do património com a indicação que o Orçamento de Estado não contempla qualquer verba para esse fim, e, caso não haja resposta até ao final do mês, considerar-se-à como aceite, levando a crer que da parte do organismo do Estado não há qualquer interesse de negociação, pois caso contrário a redação do ofício seria outra. Continuando referiu que concorda que o Castelo sendo um marco importante do nosso concelho, devia pertencer ao Município, mas com os devidos meios financeiros e técnicos de forma a recuperarmos o seu estado. Lamentou ainda que os sucessivos governos não tenham contemplado qualquer verba para as Direções Regionais de forma a conservar qualquer monumento nacional, até porque sempre têm manifestado algum desinteresse nessa área.

De seguida, intervieram, conforme ordem de inscrição:

- Sr. Nuno Rebocho que manifestou discordância com a resposta da sr^a. Presidente porque o correto é ter sinalética, uma vez que além de gerar confusão aos condutores torna-se confusa aos visitantes, de qualquer maneira, julga que a empresa deveria ter terminado dentro do prazo, a não acontecer deveria ter sido acionado os mecanismos legais, no entanto, espera que sejam finalizados antes das festas anuais.
- Sr. Manuel Cabeça agradeceu a explicação e subscreveu as palavras da sr^a. Presidente, reconhecendo que o texto do ofício não é o mais correto nem adequado para negociação de uma transferência com uma entidade que têm autonomia política e administrativa. No entanto, julga que deverá existir uma abertura institucional, deixando à consideração da Assembleia uma proposta: à semelhança das propostas apresentadas pelo sr. Presidente propôs, que se manifeste à Secretaria de Estado que não se pode aceitar a transferência nos moldes propostos, estando disponíveis para negociar seja no quadro da transferência de competências da Administração Central para Administração Local, seja noutra quadro.
- Sr. José Manuel contestou o proposto dado que não lhe parece ter qualquer cabimento andar a Assembleia Municipal a negociar departamento a departamento, até, porque o Governo não tem qualquer vontade e/ou consideração com a Autarquia, dando como exemplo, a falta de resposta à certificação do Tapete de Arraiolos, que há anos se arrasta, passando de Ministério para Ministério. Alegou ainda que a CDU sempre defendeu e defende a Regionalização e a transferência de competências, mas com os respetivos recursos financeiros. Finalizou referindo que os órgãos



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

autárquicos estão sempre disponíveis para dialogar e negociar qualquer transferência mas não podem ser recetivos a imposições.

Usando da palavra, o sr. Presidente da Assembleia sublinhou esta última intervenção, referindo que na sua opinião seria um mau principio se a Câmara ou Assembleia Municipal negociassem caso a caso, antes disponibilizando-se para um processo de transferência de competências e descentralização, que deveria iniciar com o processo de reposição das freguesias (as que pretenderem) e depois com a descentralização de outras competências, mas que tenham, antecipadamente, sido negociadas a forma e as verbas para a concretização. Continuando referiu que a forma como foi colocada a situação da transferência do Castelo revela uma falta de consideração para com os órgãos autárquicos, dando ideia de alguma “ligeireza” no tratamento destes assuntos. Por fim, referiu que devemos reafirmar ao sr. 1.º Ministro as condições básicas para a realização das transferências de competências e descentralização.

De seguida, questionou se relativamente às propostas apresentadas haveria algum considerando, tendo apenas a Srª. Maria Manuel solicitado um esclarecimento à última apresentada, tendo o sr. Presidente respondido à questão. Passando-se à votação, separadamente, verificando-se que foram aprovadas, por unanimidade.

Esgotado o tempo estipulado em regulamento, o sr. Presidente da Mesa deu por encerrado este período passando ao seguinte:

Período da Ordem do Dia

A Assembleia foi convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Informação sobre a atividade municipal;**
- 2. Autorização para contratação de um empréstimo médio/longo prazo, destinado a investimentos.**

1. INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL:

Presente informação emitida pela srª. Presidente da Câmara Municipal relativamente à atividade que decorreu entre os finais de abril e a presente data, no cumprimento da alínea c), do ponto 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual foi antecipadamente distribuída a todos os membros.

Sobre o documento, interveio o sr. Manuel Cabeça solicitando esclarecimento sobre o ponto da situação dos procedimentos concursais decorrentes da regularização extraordinária dos precários, referindo ter ficado surpreso com a cessão de funções da Chefe de Divisão de Gestão Estratégica Sócio-Económica e Educativa



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

num período em que há alguma atividade nas áreas, questionando se já foram desenvolvidos os mecanismos para o seu preenchimento, e em que moldes está a acontecer a substituição temporária que garanta a estabilidade do funcionamento das áreas da competência desta Divisão.

Ao que a sr^a. Presidente da Câmara esclareceu que os procedimentos têm estado a decorrer prevendo-se que o processo seja concluído dentro dos próximos 15 dias, todavia, um dos lugares ficou por preencher, concretamente o lugar de Especialista de Informática, dado que o funcionário em questão não aceitou, tendo optado por um outro emprego. Quanto à vaga de Chefe de Divisão informou que os serviços estão a preparar a abertura do procedimento concursal, e até ao seu preenchimento a responsabilidade dos serviços ficará assegurada pelos Coordenadores Técnicos.

A informação ficará arquivada na pasta auxiliar de atas/2018.

2. AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO MÉDIO/LONGO PRAZO, DESTINADO A INVESTIMENTOS:

Submetida uma proposta da Câmara Municipal que, ao abrigo da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.º 5 do art.º 49.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, solicita autorização para contratação de empréstimo, no valor de 548.020,00€ à Caixa Geral de Depósitos, para execução de investimentos “*Remodelação para Casa Mortuária do Edifício da Antiga Escola do Outeiro de S. Francisco*” e “*Construção de Pista no Campo Cunha Rivara*”.

Anexa à proposta faz parte o relatório de análise das propostas e o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município e dos encargos plurianuais previsíveis para os anos 2018 a 2033.

A sr^a. Presidente da Câmara fez um breve enquadramento de todo o processo referindo que após esta autorização será remetido a visto do Tribunal de Contas.

Sobre o assunto, interveio a Sr^a. Maria José solicitando um esclarecimento sobre o porquê do saldo indicado na documentação anterior (1.700.00,00€) estar parado nos bancos, quando se recorre a um novo empréstimo, que na sua opinião irá beneficiar as instituições bancárias.

A sr^a. Presidente da Câmara deu as boas vindas ao novo membro da Assembleia e esclareceu que todas as ações/obras que são previstas têm que estar cativas face às regras contabilísticas e à Lei dos Compromissos, assim, o valor do saldo já está comprometido, por isso, a necessidade de recorrer a um empréstimo para a execução das obras.

A sr^a. Maria José questionou se neste caso o saldo está parado como uma garantia bancária.



Município de Arraiolos
Assembleia Municipal

Ao que o sr. Presidente da Assembleia esclareceu que as regras orçamentais obrigam que a Câmara Municipal tenha que inscrever todos os projetos no orçamento mesmo que sejam executados em mais de um ano, ou seja, caso fossem executadas na próxima semana o valor do saldo não seria suficiente.

De seguida, procedeu-se à votação, tendo a Assembleia Municipal autorizado, por maioria, a contratação do empréstimo, assim como, a assunção de compromissos plurianuais, conforme consigna a alínea c) do nº. 1 do artº. 6º a Lei nº. 8/2012, de 21 de setembro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso).

A maioria deveu-se a dezanove votos favoráveis e um contra assumido pela srª. Joana Carreiras.

Período de intervenção dos munícipes

Usando da palavra o sr. Presidente da Mesa questionou munícipe presente, sr. Caetano Alfaiate, residente em Igreja, se pretendia intervir, o qual agradeceu evocando que apenas veio assistir à reunião.

Minuta das deliberações: *Aprovada, por unanimidade.*

Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelas 22,05 horas, da qual e para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada pela Assembleia, será assinada pela Mesa.
